

Agricultura Familiar, Territórios e Políticas Públicas: Diretrizes para uma Agenda de Pesquisa



*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Semiárido
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

Documentos 275

Agricultura Familiar, Territórios e Políticas Públicas: Diretrizes para uma Agenda de Pesquisa

Paola Cortez Bianchini

Maya Takagi

Marc Piraux

Jean-Philippe Tonneau

Fabrício Bianchini

Maria Aldete Justiniano da Fonseca Ferreira

Pedro Carlos Gama da Silva

Embrapa Semiárido

Petrolina, PE

2016

Esta publicação está disponibilizada no endereço:

<https://www.embrapa.br/fale-conosco/sac>

Exemplares da mesma podem ser adquiridos na:

Embrapa Semiárido

BR 428, km 152, Zona Rural

Caixa Postal 23 56302-970 Petrolina, PE

Fone: (87) 3866-3600 Fax: (87) 3866-3815

Comitê de Publicações da Unidade

Presidente: Flávio de França Souza

Secretaria Executiva: Lúcia Helena Piedade Kiill

Membros: Diana Signor Deon

Fernanda Muniz Bez Birolo

Francislene Angelotti

Gislene Feitosa Brito Gama

José Maria Pinto

Juliana Martins Ribeiro

Mizael Félix da Silva Neto

Pedro Martins Ribeiro Júnior

Rafaela Priscila Antonio

Roseli Freire de Melo

Salete Alves de Moraes

Supervisor editorial: Sidinei Anunciação Silva

Revisor de texto: Sidinei Anunciação Silva

Normalização bibliográfica: Sidinei Anunciação Silva

Capa: Imburanatec

Editoração eletrônica: Nivaldo Torres dos Santos

1ª edição (2016):

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei no 9.610).

É permitida a reprodução parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

CIP - Brasil. Catalogação na publicação

Embrapa Semiárido

Agricultura familiar, territórios e políticas públicas: diretrizes para uma agenda de pesquisa / Paola Cortez Bianchini... [et al.]. -- Petrolina: Embrapa Semiárido, 2016.

25 p. il. (Embrapa Semiárido. Documentos, 275).

1. Semiárido brasileiro. 2. Pesquisa agrícola. 3. Desenvolvimento territorial. 4. Produção de alimentos. 5. Segurança alimentar. I. Bianchini, Paola Cortez. II. Takagi, Maya. III. Piraux, Marc. IV. Tonneau, Jean-Philippe. V. Bianchini, Fabrício. VI. Ferreira, Maria Aldete Justino da Fonseca. VII. Silva, Pedro Carlos Gama da. VIII. Título. IX. Série.

CDD 338.9

Autores

Paola Cortez Bianchini

Engenheira-agrônoma, M.Sc. em Agroecossistemas, pesquisadora da Embrapa Semiárido, Petrolina, PE

Maya Takagi

Engenheira-agrônoma, D.Sc. em Economia Aplicada, pesquisadora, Secretaria de Relações Internacionais – Embrapa, Brasília, DF

Marc Piraux

Geógrafo, D.Sc. em Agro-Economia, pesquisador do Cirad, Paris, França

Jean-Philippe Tonneau

Geógrafo, D.Sc. em Geografia, pesquisador do Cirad, Paris, França

Fabricio Bianchini

Engenheiro-agrônomo, analista da Embrapa Semiárido, Petrolina, PE

Maria Aldete Justiniano da Fonseca Ferreira

Engenheira-agrônoma, D.Sc. em Genética e Melhoramento de Plantas, pesquisadora da Embrapa Semiárido, Petrolina, PE

Pedro Carlos Gama da Silva

Engenheiro-agrônomo, D.Sc. em Ciências Econômicas, pesquisador da Embrapa Semiárido, Petrolina, PE

Apresentação

A Agricultura familiar é caracterizada, essencialmente, pela produção agropecuária em pequenas propriedades com o emprego de mão de obra da própria família. Tem importante papel no abastecimento alimentar no mercado brasileiro, além de contribuir para a subsistência e incremento de renda de muitas famílias que vivem no Semiárido. Os dados apontam que mais de 70% dos alimentos produzidos no País são provenientes da agricultura familiar, que também tem papel importante na fixação do homem no campo.

Nesse contexto, é necessário o desenvolvimento de tecnologias que otimizem a produção de alimentos no sistema da agricultura familiar, valorizando os saberes populares e a organização de diversos atores sociais. Para tanto, dois elementos devem estar em harmonia: a pesquisa científica e as políticas públicas. O primeiro é de fundamental importância para se criar as bases para que o segundo se consolide.

Dada a sua importância para a segurança alimentar em todo o mundo, o ano de 2014 foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Isso fortalece esse segmento, já que é o reconhecimento do seu caráter estratégico na erradicação da fome, um dos principais desafios do homem.

Em sintonia com as ideias da ONU, a Embrapa Semiárido realizou, em 2014, o *Seminário Internacional Agricultura Familiar, Territórios e Políticas Públicas* com o objetivo de discutir a agricultura familiar e apresentar algumas estratégias que podem contribuir para o melhor direcionamento da pesquisa científica e das políticas públicas voltadas para esse segmento.

Pedro Carlos Gama da Silva

Chefe-Geral da Embrapa Semiárido

Sumário

Introdução	9
O Seminário	10
Desafios para a Agricultura Familiar, Territorial e Políticas Públicas	12
Desafios Gerais da Agricultura Familiar no Brasil	13
A Transição Agroecológica	13
Multifuncionalidade da Agricultura Familiar	14
Desafios para as Políticas Públicas Territoriais	14
Desafios para a Pesquisa com Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial	16
Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial para o Semiárido	18
Diretrizes uma Agenda de Pesquisa e de Trabalho Construídas Coletivamente	18
O que Pesquisar	19
Como Fazer	21
Qual é a Contribuição da Pesquisa/Ensino/Ater para as Políticas Públicas?	22
Como a Embrapa Deve se Organizar para Responder a Esta Agenda?	23
Perspectivas	24

Agricultura Familiar, Territórios e Políticas Públicas: Diretrizes para uma Agenda de Pesquisa

*Paola Cortez Bianchini; Maya Takagi; Marc Piraux;
Jean-Philippe Tonneau; Fabrício Bianchini; Maria
Aldete Justiniano da Fonseca Ferreira; Pedro
Carlos Gama da Silva*

Introdução

O Seminário Internacional *Agricultura Familiar, Territórios e Políticas Públicas* foi realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad/França), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) em comemoração ao Ano Internacional da Agricultura Familiar, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014.

O evento ocorreu entre os dias 26 e 27 de novembro de 2014, na Embrapa Semiárido, em Petrolina, PE. Contou a presença de mais de 200 participantes, sendo: pesquisadores de 17 Unidades da Embrapa de todas as regiões, estudantes e professores de Universidades e Institutos Federais, instituições de assistência técnica e extensão rural (Ater) públicas (governamentais e não governamentais) e privadas, instituições associativas e representativas dos agricultores, institutos de pesquisa nacionais e internacionais, instituições de fomento (IICA), FAO, Cirad, ministérios e secretarias e secretarias estaduais, além de agricultores e profissionais autônomos. As palestras apresentadas podem ser acessadas no link: <http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/publico/seminario/>.

O objetivo do seminário foi destacar a importância e contribuição da agricultura familiar na promoção da segurança alimentar, na gestão

e conservação dos recursos naturais e na manutenção da identidade cultural dos territórios em regiões semiáridas.

Uma das grandes expectativas da Embrapa na realização deste Seminário foi constituir um espaço de diálogo com a sociedade para debater os grandes desafios da agricultura familiar, dos territórios e das políticas públicas para, assim, obter orientações e qualificar ainda mais seu trabalho nestes temas.

O percurso metodológico inovador adotado para a realização do Seminário permitiu a coconstução de uma agenda de pesquisa e de trabalho elaborada a partir de trabalhos em grupo entre todos os participantes do seminário.

A estratégia resultou em rica participação e construção coletiva, que foi sistematizada e apresentada nesta publicação como uma agenda de pesquisa para contextualizar e pautar as ações em torno da agricultura familiar e do desenvolvimento territorial em instituições de pesquisa, de ensino, de Ater e de desenvolvimento/fomento junto aos agricultores nos territórios.

O Seminário

Para alcançar os objetivos propostos e delinear uma agenda de pesquisa e de trabalho com orientações para ações em agricultura familiar, desenvolvimento territorial e políticas públicas, definiu-se um percurso metodológico que envolveu três fases.

A primeira fase teve como objetivo apresentar conceitos teórico-metodológicos e identificar os desafios nos grandes temas do seminário. Cada tema foi apresentado e discutido em um painel com a participação de quatro palestrantes e um moderador.

Para guiar as apresentações dos palestrantes, foram propostos objetivos específicos em cada um dos temas, de forma que o seminário se apresentasse como um todo estruturado, voltado ao alcance dos resultados esperados.

O painel 1 – *Conceitos sobre Agricultura familiar e Desenvolvimento territorial* - teve como objetivo específico apresentar uma abordagem conceitual da agricultura familiar e do desenvolvimento territorial, considerando-se a diversidade e pluriatividade da agricultura familiar, bem como suas relações e dinâmicas territoriais, apontando questões

relevantes para novos desafios da pesquisa, ensino e Ater. Foi apresentado pelo professor Dr. Antônio Cesar Ortega, da Universidade Federal de Uberlândia, pela professora Dra. Maria Nazareth Baudel Wanderley, da Universidade Federal de Pernambuco, pelo pesquisador Dr. Marcos Flavio Silva Borba, da Embrapa Pecuária Sul e pelo pesquisador Dr. Jean-Phillippe Tonneau, do Cirad/França.

O painel 2 – *Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação com enfoque territorial* – teve como objetivo apresentar a evolução, nas últimas décadas, da pesquisa e do desenvolvimento territorial no Semiárido, abordando os avanços em linhas técnicas e metodológicas, seus respectivos impactos para o fortalecimento da agricultura familiar e para formulação de políticas públicas, além de uma análise dos desafios existentes. Esse painel teve apresentações de Dr. Pedro Carlos Gama da Silva, chefe-geral da Embrapa Semiárido, Dr. Marc Piraux, do Cirad/França, de Sr. Giovanne Henrique Sátiro Xenofonte, representante da Rede Ater Nordeste e M.Sc. Espedito Rufino de Araújo, diretor do Projeto Dom Helder Câmara.

O painel 3 – *Políticas públicas e Desenvolvimento territorial* – foi realizado com o objetivo de apresentar uma caracterização histórica das políticas públicas para a agricultura familiar no Semiárido, analisando-se de forma crítica a implantação e evolução destas frente à emergência da agroecologia e da convivência com o Semiárido e propor orientações. Esse painel foi apresentado por Dr. Valter Bianchini, secretário nacional da agricultura familiar (SAF/MDA); M.Sc. Andrea Lorena Butto Zazar, secretária de desenvolvimento territorial (SDT/MDA); Dr. Paulo César Oliveira Diniz, professor da Universidade Federal de Campina Grande, PB e por Dr. Eric Pierre Sabourin, pesquisador do Cirad/França.

Na segunda fase, os participantes foram divididos em quatro grupos de trabalho, com objetivo de realizar uma breve discussão sobre os desafios levantados pelos palestrantes e responder a quatro questões orientadoras para a construção de uma agenda de pesquisa e de trabalho. Em cada um dos grupos houve um mediador e um relator para conduzir e sistematizar as informações geradas durante as discussões. Cada um dos quatro grupos de trabalho respondeu às seguintes questões:

- Qual deve ser o conteúdo da pesquisa para superar estes desafios (o que pesquisar)?
- Quais os métodos de pesquisa/ensino/extensão para superar estes desafios (como fazer)? Como contemplar a diversidade e assimetria da agricultura familiar?

- Qual é a contribuição das instituições de pesquisa, ensino e Ater para as políticas públicas?
- Como a Embrapa deve se organizar para responder a esta agenda (estratégias organizacionais)?

Após este trabalho, os grupos apresentaram seus resultados em plenária com visão global das contribuições de cada grupo. Durante as apresentações, fez-se uma síntese, evidenciando os grandes temas ou orientações levantadas pelos grupos em cada questão.

A terceira fase do evento teve como objetivo apresentar uma síntese geral do Seminário e apontar perspectivas futuras em relação à Agricultura Familiar no Brasil, América Latina e no mundo. Para tanto, foi realizada uma mesa redonda mediada pelo diretor da FAO no Brasil, o Sr. Alan Bojanic, com a participação do presidente do CONTAG, Sr. Alberto Broch; do vice-diretor do CIRAD/França (Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement), sr. Bernard Mallet, do Secretário Nacional da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Sr. Valter Bianchini, do vice-presidente do INTA/Argentina (Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuaria), Sr. José Catalano, do Diretor Executivo de Transferência de Tecnologia da Embrapa, Sr. Waldyr Stumpf Júnior e do Chefe-Geral da Embrapa Semiárido, Sr. Pedro Carlos Gama da Silva.

Apresentam-se, a seguir, os resultados do Seminário em dois blocos – um primeiro bloco evidenciando os principais desafios para a agricultura familiar, o desenvolvimento territorial e as políticas públicas com base nas falas dos painelistas e um segundo bloco, com os resultados sistematizados dos trabalhos em grupo.

Desafios para a Agricultura Familiar, Territorial e Políticas Públicas

Com base nos painéis apresentados na primeira fase do evento, foram levantados os principais desafios a serem enfrentados para fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento territorial, considerando as seguintes dimensões, apresentadas a seguir:

- a) Desafios para agricultura familiar no Brasil.
- b) Desafios para as políticas territoriais ligadas à agricultura familiar.
- c) Desafios para a pesquisa em agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil.
- d) Desafios para a agricultura familiar e o desenvolvimento territorial no Semiárido.

Desafios Gerais da Agricultura Familiar no Brasil

Os desafios gerais apontados foram:

1) O acesso a terra, às políticas públicas setoriais e ao mercado.

De fato, os agricultores familiares vivem uma realidade de assimetria e marginalização, fundamentalmente vinculadas à:

- Concentração e pressão fundiária, o pequeno tamanho das propriedades, este sendo às vezes problemático.
- Baixa abrangência da extensão rural, devendo-se qualificar esse serviço.
- Depreciação do meio rural e da agricultura familiar, o que intensifica o êxodo rural, especialmente dos jovens que se sentem sem estímulos para permanecer no campo.

O aumento da organização econômica e política da agricultura familiar poderá melhorar o acesso aos fatores de produção que são: terra, financiamento, capital tecnológico e outros, obtidos principalmente por meio de públicas.

A Transição Agroecológica

O tema da transição agroecológica aparece como um segundo desafio cada vez mais relevante nos tempos atuais, tendo em vista a necessidade de promover modelos de produção sustentáveis e que deem autonomia ao agricultor. De fato, muitas vezes, a agricultura familiar é prejudicada por práticas agrícolas não sustentáveis que degradam o solo e outros bens naturais.

Multifuncionalidade da Agricultura Familiar

Um terceiro grupo de desafios está associado ao reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura familiar, que consiste em superar a visão do estabelecimento familiar como um espaço unicamente de produção, já que isso que enfraquece o seu papel na sociedade. A agricultura familiar representa um modo de vida, deve-se considerar seu papel na manutenção da cultura alimentar, de preservação dos recursos e das paisagens, de visões de mundo e em seu papel na produção de bens comuns, como os fundos rotativos, os bancos de sementes, as feiras agroecológicas. Ela tem também uma função de produção de alimentos e de energia e se torna uma fonte de emprego importante no meio rural.

A base de um projeto de sociedade, pautado numa nova concepção do rural deveria assegurar investimentos produtivos para o desenvolvimento sustentável, condições de vida decentes (iguais àquelas da cidade) e afirmar-se política e culturalmente.

Desafios para as Políticas Públicas e Territoriais

Para as políticas territoriais e relacionadas com a agricultura familiar, permanecem os grandes desafios de superar o setorial e articular o econômico, o social e o ambiental. Isso implica em fazer do desenvolvimento territorial um instrumento para:

- Superar a dicotomia rural-urbana.
- Permitir que as diversas “agriculturas familiares” encontrem seu lugar em sinergia com outros setores e atores.
- Incorporar a formação de redes e de identidades, integrando a distribuição do poder.
- Conciliar as melhorias sociais com um processo de desenvolvimento endógeno e mais autônomo, mas sendo capaz de articular-se com as dinâmicas exógenas e vindas de outras escalas.

Existe um desafio de articulação de escalas, analisando as expressões das experiências no território – como elas estão saindo do local e indo para outras escalas –, isso vem acompanhado de um desafio de institucionalização dos processos. Reforçar as instituições territoriais e os arranjos entre os atores e instituições (materializadas em articuladores, lideranças, órgãos governamentais e não governamentais) é necessário. As instituições territoriais são ainda frágeis, tendo fraca capacidade de ação.

Há assim, necessidade permanente de gerar capacidades e competências. Para isso, são necessários dispositivos específicos de qualificação que necessitam de:

- Metodologia de abordagem específica.
- Abordagem sistêmica e multidimensional.
- Protagonismo e autonomia dos agricultores familiares.
- Interface/integração com políticas nas três esferas do governo.
- Formação e aprendizagem baseada na geração participativa de conhecimentos.
- Foco em agroecologia e sistemas produtivos sustentáveis.
- Fortalecimento de capacidades, organizações sociais e novas institucionalidades.
- Promoção da interação e parcerias entre Estado e sociedade.
- Qualificação do processo de animação e de assessoria.
- Capacitação em gestão e formação profissional.

Assim, é importante pensar novas políticas, que vão além do setorial. É fundamental que tais políticas sejam elaboradas considerando-se a diversidade das situações locais que envolvem a lógica dos estabelecimentos e a lógica geográfica. As políticas públicas devem se adequar à diversidade da agricultura familiar e aos diferentes biomas, territórios e estados.

Também é fundamental considerar a realidade local. Colocar a família como centro determinante das ações, reforçando a importância de compreender as necessidades das famílias camponesas de forma que as políticas e iniciativas não as desestabilizem.

A política de assistência técnica e extensão rural tem um papel relevante para a agricultura familiar. Desta forma, deve-se reforçar a necessidade de se desenvolver sistemas inovadores de Ater, pesquisa e ensino considerando-se os saberes tradicionais e processos horizontais de construção do conhecimento. Isso pode ser articulado por meio da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e da Embrapa.

Desafios para a Pesquisa com Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial

Os desafios definidos são, antes de tudo, ligados a uma mudança de postura da pesquisa e da maneira como as mesmas são conduzidas. Assim, deve-se:

- Mudar nossos paradigmas e postura – desenvolver capacidade de escuta, de desconstruir nossas evidências e coconstruir novos saberes.
- Considerar a pesquisa e a tecnologia como necessárias, mas não suficientes – são apenas partes do processo de inovação.
- Formar equipes inter e transdisciplinares (ciências naturais, humanas e os saberes empíricos).
- Investir em pesquisa aplicada para conhecer melhor os recursos naturais e os sistemas produtivos existentes.

A pesquisa tem que ultrapassar o temático e o simples, o que implica em considerar:

- A complexidade dos problemas de coordenação intersetorial com multiníveis, tendo em vista a multiplicação das instituições envolvidas.
- A necessidade de uma nova forma de produção de conhecimento, com participação ativa dos agricultores.
- A valorização da visão sistêmica e do pensamento complexo.
- A valorização da “inteligência situacional” – com maior potencial para realizar análises que partem da realidade para ir para o modelo.

- A valorização de outras formas de pensar (holística, sistêmica, intuitiva, não linear).
- A elaboração e a utilização de novos instrumentos de pesquisa focados na construção participativa e processual: demandas, objetivos e resultados; pesquisa-ação participativa; planejamento da comunidade e não do projeto; diagnósticos participativos dos sistemas agrários (não agrícolas) considerando os componentes técnico e político, articulando instituições locais e externas em torno de um projeto territorial.

Outro desafio apontado está ligado à postura, na maneira em como os pesquisadores pensam e realizam a pesquisa. Os palestrantes desdobraram dois elementos importantes: centrar a atuação em torno do agricultor e organizar redes de pesquisa em parceria.

Centrar a atuação em torno do agricultor significa:

- Considerar a experiência das famílias como objeto central de pesquisa e das análises.
- Valorizar a construção coletiva do conhecimento.
- Considerar atores locais como sujeitos da transformação (diálogo de saberes).
- Enfatizar os arranjos e processos, ou seja, nos contextos específicos que constituem uma capacidade local de inovação.
- Valorizar a multifuncionalidade da agropecuária familiar.

Organizar redes de pesquisa em parceria significa:

- Incluir o fortalecimento de Redes e os aprendizados com outros atores. Exemplos: Colegiados territoriais, Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedets), Núcleos de Agroecologia (NEAs), Universidades, Ater, escolas de campo.
- Deve-se considerar o risco de formar guetos de pesquisa – não basta estudar agricultura familiar, agroecologia ou agronegócio separados uns dos outros ou das outras formas de produção – os sistemas são interdependentes.
- Constituir observatórios abertos e não restritos à área da pesquisa.

Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial para o Semiárido

Para o desenvolvimento da agricultura familiar na região semiárida, há necessidade de construir uma alternativa de modernização da agricultura, baseada na convivência com o Semiárido. O modelo atual está se esgotando e há cada vez maior dificuldade na permanência dos agricultores na região.

É necessário fortalecer o conceito de convivência com o Semiárido, centrado no conceito de estoques. As políticas devem, assim, promover o aumento da capacidade de estoque:

- De água – promovendo diferentes tecnologias para a captação e armazenagem de água da chuva para consumo humano e produção agropecuária.
- De alimento e comida – protegendo e multiplicando sementes e animais adaptados.
- De forragem para os animais suportarem os períodos secos.

É fundamental partir da observação do que as famílias estão fazendo em suas práticas cotidianas, com olhar apurado sobre os ciclos da natureza e visibilizar as experiências das comunidades.

Diretrizes uma Agenda de Pesquisa e de Trabalho Construídas Coletivamente

Na segunda etapa do seminário, foi possível, a partir da sistematização dos resultados produzidos pelos quatro grupos de trabalho, elaborar diretrizes para a construção de uma agenda de pesquisa e de trabalho para a agricultura familiar e o desenvolvimento territorial com foco no Semiárido. Essas diretrizes expressam uma aproximação entre o Estado, neste caso a Embrapa, e a sociedade e suas demandas, por meio da constituição de um espaço de diálogo, que foi o seminário.

Os participantes de cada grupo de trabalho responderam às seguintes questões orientadoras:

- a) Qual deve ser o conteúdo da pesquisa para superar estes desafios (o que pesquisar)?
- b) Quais os métodos de pesquisa/ensino/extensão para superar estes desafios (como fazer)?
- c) Como contemplar a diversidade e assimetria da agricultura familiar na pesquisa?
- d) Qual é a contribuição das instituições de pesquisa, ensino e Ater para as políticas públicas?
- e) Como a Embrapa deve se organizar para responder a esta agenda (estratégias organizacionais)? Considerar biomas, territórios, temáticas e grupos populacionais.

A seguir são apresentados os resultados dos trabalhos realizados em grupo.

O que Pesquisar?

Os principais temas de pesquisa identificados foram:

- A realidade local e a diversidade das experiências locais
 - Conhecer o contexto e as dinâmicas sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas locais da agricultura familiar e dos territórios; compreender e dialogar com os saberes, conhecimentos e experiências locais de agricultores e da Ater; identificar e valorizar as potencialidades e oportunidades locais/territoriais; compreender a diversidade e racionalidade da agricultura familiar; sistematizar as práticas de convivência com o Semiárido que as comunidades/famílias estão desenvolvendo.
- Os recursos naturais – Identificar e valorizar os ativos naturais locais; promover o aproveitamento dos recursos naturais; identificar e valorizar os conhecimentos tradicionais sobre recursos naturais; fortalecer pesquisas participativas sobre os recursos naturais; fortalecer as cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

- A agroecologia e sistemas de produção agroecológicos – Aplicar/estudar os princípios e práticas da agroecologia para a região do Semiárido brasileiro assim como em outras regiões do País; identificar, sistematizar e desenvolver práticas e sistemas de produção ecológicos (integrados), objetivando a autonomia com baixo uso de recursos externos; priorizar produtos das cadeias produtivas mais importantes para a agricultura familiar do Semiárido; redução/eliminação do uso de agrotóxicos; valorizar a agrobiodiversidade e os conhecimentos tradicionais associados: sementes crioulas e variedades; identificar, sistematizar, aplicar e desenvolver práticas de convivência com o Semiárido; desenvolver tecnologias sociais; fortalecer as agriculturas tradicionais; propor modelos de desenvolvimento para a autonomia; adaptação à realidade; produção compartilhada de conhecimento, desenvolvimento territorial, inter e transdisciplinaridade, métodos e práticas de pesquisa apropriados para a agroecologia e agricultura familiar.
- A inserção da agricultura familiar nos mercados – Geração de renda; tipos de mercados e canais de comercialização – economia solidária, comércio justo e solidário, circuitos curtos de comercialização, feiras, mercados institucionais/governamentais; construção social dos mercados; agregação de valor aos produtos da agricultura familiar (beneficiamento e comercialização, certificação – selos/valor cultural/valor ambiental, indicação geográfica de origem, orgânico, produto da agricultura familiar); organização social.
- Os impactos da pesquisa, Transferência de Tecnologia e Ater – Avaliar os processos, métodos e instrumentos de pesquisa, transferência de tecnologia e de Ater que estão sendo utilizados; avaliar as tecnologias geradas nos centros de pesquisa em meio real; avaliar e sistematizar os processos e métodos que as redes sociotécnicas (de agentes de Ater e agricultores experimentadores) estão desenvolvendo nos territórios.
- Os impactos das políticas públicas – Avaliar o alcance, eficiência e impacto das políticas públicas; avaliar a articulação e integração e propor melhorias para as mesmas; subsidiar a elaboração e avaliação de políticas públicas.
- A atualização e o melhoramento da precisão do zoneamento ecológico –econômico – Propor um zoneamento territorial agroecológico – definir para os territórios áreas prioritárias para

conservação, agricultura, pecuária, recuperação ambiental, implantação de tecnologias de captação de água de chuva, poços, etc.; ordenamento agrário e fundiário, impactos das grandes obras de desenvolvimento, mineração, etc.

Como Fazer?

As principais linhas de ação identificadas em termos de metodologia de pesquisa foram:

- Formar e se integrar a redes – Instituir Núcleos de Agroecologia na Embrapa; aproximar as instituições de pesquisa, ensino e Ater; participar de fóruns e colegiados territoriais; participar de redes multiatores, multinstucionais e multidisciplinares; maior interação com a sociedade; integração de políticas públicas – e ministérios –; fortalecer a Ater e interagir com outros países.
- Construir conhecimentos coletivamente – Para tanto, deve-se utilizar métodos, metodologias e ferramentas participativas; pesquisa-ação; institucionalizar novas práticas de pesquisa; utilizar métodos qualitativos; promover o diálogo e o intercâmbio de saberes e conhecimentos (multi e transdisciplinaridade); fichas agroecológicas; utilizar métodos educativos; buscar a contribuição das ciências sociais e humanas; sistematizar experiências e conhecimentos; envolver jovens e mulheres; realizar a animação de processos políticos, participativos e educativos.
- Mudança de postura e de enfoque – Pesquisa com enfoque holístico e sistêmico; superar a visão setorial; contemplar outras ciências, como as humanas e sociais, a aspectos ambientais, etc; partir da realidade; identificar demandas nas comunidades, pois apenas enfoque tecnológico não responde mais; pesquisa com e não para; dar visibilidade ao que os agricultores estão fazendo; aprender a escutar; valorizar as experiências locais; compreender a realidade junto ao agricultores familiares; compreender que o desenvolvimento ocorre no local; abordagem territorial como estratégia; compreender as limitações da visão de negócios para a agricultura familiar; envolver jovens e mulheres e utilizar o enfoque agroecológico.

- Comunicar resultados e processos – Utilizar linguagem diferenciada; facilitar e ampliar o acesso aos resultados e produtos da pesquisa – exemplo: sementes –; realizar a comunicação interinstitucional; divulgar e valorizar experiências de sucesso da Embrapa e parceiros; melhorar a comunicação entre pesquisa, Ater e agricultores; dar visibilidade às experiências de sucesso da Embrapa, parceiros e agricultores.
- Atuar na formação e capacitação (educação) – Educação do campo; protagonismo dos atores locais; valorização do rural; grades curriculares adequadas aos contextos socioambientais; formação de técnicos e pesquisadores para que compreendam as especificidades do trabalho com agricultura familiar – diversidade, heterogeneidade, etc. –; capacitação de técnicos e agricultores no processo da pesquisa e qualificar os agentes de Ater para a integração.

Qual é a Contribuição da Pesquisa/ Ensino/Ater para as Políticas Públicas?

As contribuições identificadas da pesquisa, do ensino e da Ater para melhoria da atuação das políticas públicas foram:

- Produção de conhecimentos – Avaliar alcance, eficiência e impactos das políticas públicas existentes; elaborar indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas; avaliar a participação da Embrapa em políticas públicas; propor a articulação de políticas públicas; avaliar o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas e seus impactos; analisar os investimentos nos territórios e na agricultura familiar como instrumento para a tomada de decisão no processo de desenvolvimento.
- Adequação das normas que afetam agricultura familiar – Mecanismos de contextualização/regionalização das políticas públicas; acesso dos agricultores familiares às políticas públicas; adequação de normas das políticas públicas para comercialização de produtos da agricultura familiar – PAA, PNAE, etc. –; adequação de normas da vigilância sanitária para a agroindústria familiar.

- Contribuir com políticas de outras áreas e setores – Contribuição em políticas de educação contextualizada; revisão de grades, programas e conteúdos de cursos de graduação e pós-graduação; formação de professores do ensino básico para a educação contextualizada.
- Participar de fóruns e colegiados territoriais – Participar de processos locais de desenvolvimento territorial com autonomia em cada centro de pesquisa; propor e desenvolver políticas públicas com outros setores da sociedade, a partir dos atores sociais no território – de baixo para cima –; participar de processos nacionais e internacionais de desenvolvimento territorial e considerar a diversidade das agriculturas e de pesquisadores e técnicos da Embrapa para contribuir em políticas públicas.

Como a Embrapa Deve se Organizar para Responder a Esta Agenda?

As grandes linhas de organização da Embrapa identificadas foram:

- Organização interna – Fortalecer o MP6; ampliar e valorizar equipes de trabalho multidisciplinares em agricultura familiar e agroecologia; contratar profissionais das ciências humanas e sociais; instituir Núcleos de Agroecologia em rede; rediscutir as contribuições e objetivos do trabalho das unidades de produto, bem como a integração entre as unidades ecorregionais da Embrapa; realizar capacitação/formação para o trabalho com agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento territorial – nova forma de fazer pesquisa –, bem como capacitação em educação problematizadora nos processos de pesquisa e construção do conhecimento; adotar/compreender a construção coletiva de conhecimentos; valorizar as pessoas e as experiências de trabalho com agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento territorial e atualizar marco referencial em agroecologia.
- Organização com parceiros – Estruturar-se em redes; complementar as competências com parceiros; aproximação e articulação com as demais instituições e com a sociedade em

geral; ações articuladas entre ministérios; maior interação com universidades, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); valorizar e dar visibilidade às experiências dos agricultores e organizações que atuam na convivência com o Semiárido e agroecologia.

- Comunicação – Dialogar com o meio real; melhorar comunicação com os agricultores; melhorar comunicação entre pesquisadores, técnicos e agricultores; ampliar o acesso às tecnologias e aos conhecimentos desenvolvidos.
- Mecanismos para cumprir a agenda – Observatório Permanente da Agricultura Familiar, Desenvolvimento Territorial e Dinâmicas Socioambientais; Portfólio de Tecnologias Sociais – adequação para ter abrangência territorial –; criar Portfólio de Análise de Políticas Públicas; Fórum Permanente da Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; realizar convênios com Ministério do Desenvolvimento Agrário; ampliar o acesso aos resultados da pesquisa; criar espaços de diálogo e interlocução constantes com a sociedade, tal como o Seminário em outros biomas.
- Experiências de sucesso – Revisitar experiências como o Programa 09 que era aberto para outras instituições; incentivar a formação de parcerias; bancos de tecnologias: experiência da Contag e Embrapa nos anos 1990 e outras.

Perspectivas

O objetivo do seminário foi destacar a importância e a contribuição da agricultura familiar na promoção da segurança alimentar, na gestão e conservação dos recursos naturais e na manutenção da identidade cultural dos territórios em regiões semiáridas. Uma das grandes expectativas da Embrapa na realização deste seminário foi o de constituir um espaço de diálogo com a sociedade para debater os grandes desafios da agricultura familiar, dos territórios e das políticas públicas para, assim, obter orientações e qualificar ainda mais seu trabalho nesses temas e correlatos.

O percurso metodológico adotado permitiu atingir os objetivos. É interessante destacar as concordâncias entre os desafios definidos pelos palestrantes e os grupos de trabalho, o que traduz uma visão bastante compartilhada entre as diferentes instituições e especialistas presentes.

Existem, de fato, consensos sobre as necessidades de fazer evoluir os conteúdos das pesquisas – mais orientadas sobre agroecologia e convivência com o Semiárido, multifuncionalidade da agricultura familiar, novo rural, enfoque territorial – e a maneira de conduzi-las – baseada nas metodologias para valorizar a coconstrução de conhecimentos, a avaliação e a parceria.

Esta evolução implica, e isso foi também consenso, uma mudança na postura do pesquisador e do quadro institucional. Assim, para atingir esses objetivos, existem duas necessidades fundamentais:

- Vontade institucional na Embrapa para fazer evoluir o perfil de novos pesquisadores e definir um contexto institucional favorável às evoluções das metodologias.
- A evolução das competências e uma forte política de formação.

Nestas condições será possível desenvolver e fortalecer:

- Capacidade para criar redes de pesquisas com a Ater, o ensino e os agricultores. A Anater pode ser um bom exemplo para desenvolver sinergias entre pesquisa, ensino e desenvolvimento. Além dela, as inúmeras redes locais e territoriais que já estão atuando em sinergia, necessitando de uma maior comunicação e interfaces com redes mais amplas – estaduais, territoriais e nacionais, a exemplo das redes sociotécnicas e dos núcleos de agroecologia das universidades e institutos federais.
- Experiências concretas que possam servir de referências a essas evoluções.
- Núcleos de Agricultura Familiar na Embrapa, seus meios e sua relação com o setor da transferência de tecnologia, apropriando-se dos conceitos de intercâmbio e construção de conhecimentos.



Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



CGPE 13282